

IMIGRAÇÃO ESPANHOLA E ANARQUISMO NO RIO DE JANEIRO

ÉRICA SARMIENTO DA SILVA*

Começo do século XX. O Rio de Janeiro sofria profundas transformações urbanísticas entre os anos de 1902 e 1904, no governo do prefeito Pereira Passos. Nesta mesma época, chegavam milhares de imigrantes nos portos brasileiros, no período conhecido como a primeira imigração massiva. Fervilhavam idéias, pessoas de todas as partes e a cidade ganhava ares cosmopolitas. Os contrastes sociais nasciam com a mesma facilidade que se construía as novas ruas. Os teatros conviveram com os cortiços e os chamados “cabeças de porco” e a elite passeava junto com os trabalhadores, imigrantes ou nacionais, disputando o espaço público.

No início do nosso particular e frágil projeto de democracia, a intransigência convivia com essa nova idéia de cidade moderna, aberta para o mundo, cheia de elementos adquiridos de fora, do continente europeu. Juntavam-se elementos de um governo democrático junto com instrumentos arbitrários, como a restrição aos direitos sociais. Como instrumento de consolidação dessa agenda urbana são desenvolvidas política de promoção e legitimação de certos projetos arbitrários que faziam parte de uma política de hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades. Tudo aquilo que não aderisse à essa dinâmica, a essa política feita desde cima, era interpretado como ingovernabilidade, como perturbação da ordem urbana que devia ser desalojado do panorama da modernização. Esse conceito de modernidade, incluía alguns e excluía outros. Nem todos podiam pertencer ao complexo intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo cultural, onde as práticas político-ideológicas vão construindo e perfilando os discursos e as imagens.

Começaram, então, a aparecer as políticas de exclusão, em relação à população sem recursos e também em relação ao imigrante. O elemento vindo de fora deveria se ajustar à imagem que se exigia dele, à de trabalhador honesto, qualificado e exemplar, e sempre ausente às questões das políticas nacionais. Não lhe era permitido qualquer tipo

* PPGH Universo

de manifestação que interferisse na ordem nacional, principalmente àquelas ligadas à natureza política, sindical ou operária.

O anarco-sindicalismo, que foi a vertente do anarquismo que dominou a liderança do primeiro movimento operário brasileiro, recusava a luta política, propunha como estratégias de ação a luta econômica e ideológica e utilizava como tática a ação direta, a greve, o boicote, a sabotagem, os comícios e as diversas formas de manifestações públicas. Nasceu num ambiente de exclusão social, cercado de pobreza e de trabalhadores submergidos num mercado informal. Dessa maneira, propagou seus ideais libertários para além do mundo do trabalho, unindo não só operários, como também imigrantes desocupados e uma importante parcela da população que se sentia excluída de todo o processo de modernização da capital. O objetivo do sindicalismo revolucionário era fazer da luta incessante pelas reivindicações um meio de tornar insuportável o poderio do industrialismo e/ou do capitalismo, até fazê-lo estourar numa greve geral de caráter revolucionário e então proceder à transformação da sociedade.

O movimento anarquista do começo do século XX não foi exclusividade da sociedade brasileira. Outros países sul-americanos que receberam importantes fluxos migratórios de espanhóis e italianos, como o caso da Argentina, também tiveram seus ativistas anarquistas na mira das leis de residência e defesa social, que expulsavam qualquer estrangeiro indesejável. A imagem dos imigrantes era alterada segundo as mudanças políticas dos países receptores. O estrangeiro podia ser sinônimo de um agente da modernização e do progresso ou um elemento perturbador da ordem. Segundo o historiador argentino Fernando Devoto, para o caso da imigração na Argentina:

“Al problema de cómo reconstruir una identidad nacional, sepultada por la heterogeneidad, venían a sumársele otras cuestiones. Primero, la emergencia de una problemática social con la aparición de una creciente conflictividad laboral y de una paralela violencia política alternativa, por parte de grupos activistas anarquistas que fácilmente eran identificados como otro resultado de la inmigración indiscriminada”. (DEVOTO, 2003: 275)

Segundo o historiador Boris Fausto, o caso do Rio de Janeiro foi diferente do de São Paulo (FAUSTO, 1995:69). Na então Capital Federal brasileira, a estrutura social

era mais complexa que na capital paulista. Ali se concentravam os setores sociais menos dependentes das classes agrárias, como a classe média, os militares e os universitários. A classe trabalhadora se ocupava principalmente dos setores de serviços, tratados com uma consideração mínima por parte do Governo. As relações eram muito mais paternalistas entre os trabalhadores com os seus patrões e com o próprio Governo. Já em São Paulo, a classe média girava em torno da burguesia do café e a maior presença de operários estrangeiros favorecia o anarquismo: o patrão e o Governo eram inimigos. Em termos gerais, pode-se atribuir a superioridade relativa do movimento operário de São Paulo sobre o Rio de Janeiro também ao fato de os italianos constituírem o maior grupo de estrangeiro da força de trabalho paulistana, enquanto os brasileiros e portugueses mais passivos constituírem o grosso da força de trabalho somente na Capital Federal. Dessa maneira, encontramos no Rio de Janeiro revoltas de caráter muito mais popular que especificamente operária.

A população brasileira, 80% da qual não tinha direito à participação política, estava mais que nunca atenta a todas as atuações políticas que pudessem afetar seu cotidiano. Sem mecanismos constitucionais que pudessem defendê-lo, o povo se manifestava pelas ruas da cidade, através de protestas, quebra-quebra e algazarras. Uma das revoltas mais significativas do começo do século XX, no Rio de Janeiro, foi a Revolta da Vacina, no ano de 1904. O tumulto começou por culpa da arbitrariedade do governo carioca que queria erradicar a febre amarela à força. Como a população não respondia às campanhas institucionais, o governo decidiu entrar na casa dos cidadãos e vaciná-los à força, sem qualquer respeito à vida privada dos indivíduos. Os chefes de família se sentiram desonrados com a presença de funcionários públicos que obrigavam suas filhas e esposas a se desnudarem diante de estranhos. A situação tornou-se insustentável e uma multidão fragmentada, composta por vários segmentos sociais da população, desde associações de trabalhadores até famílias ofendidas, começou a descontar a sua ira nos serviços públicos e nos representantes do governo.

O descontentamento era geral. Ninguém era poupado pela violência policial. As denúncias de arbitrariedade não eram somente publicadas pela imprensa operária, também os jornais cariocas, das mais distintas tendências ideológicas, descreviam com detalhes reportagens que fotografavam graficamente a tensão vivida no cotidiano carioca:

“Os Syrios moradores na Praça da República e suas imediações vão apresentar um protesto ao Dr. Chefe de polícia contra os abusos cometidos, ontem, à noite, pela força da cavalaria, ali postada, e que sem motivo algum disparou as suas carabinas contras as pessoas que se achavam nas janelas de suas casas.

Ontem no bonde de “Fábrica” que sai do Largo de São Francisco às 5 ½ viajava um nosso companheiro que foi testemunha ocular da caçada humana feita pela polícia do Sr. Souza Aguiar no Campo de Sant`Anna. (...) Naturalmente hoje o Sr. Comandante da Brigada há de ter dito ao Chefe do Estado que o povo é que provoca a polícia...”

As revoltas estavam compostas por um fragmentado setor popular carioca, formado por uma enorme população de subempregados e com um setor do artesanato, recém-saído da escravidão, e que não tinha nenhuma tradição de organização e luta. É dentro deste panorama que devemos tentar compreender a atuação dos espanhóis no movimento anarquista ou no movimento operário. Ser anarquista, socialista ou comunista podia ter dois significados: aqueles que eram militantes e eram conscientes das doutrinas que propagavam; ou aqueles trabalhadores que simplesmente se misturavam com as ideologias de esquerda, não porque fossem conhecedores das teorias, mas porque se sentiam identificados com o programa de melhorias sociais reivindicados por elas.

No Rio de Janeiro o movimento anarquista manifestou-se em três planos. Num primeiro, ele se caracterizou como um movimento de idéias, valores e comportamentos, que atingiu os segmentos médios da população, principalmente os mais intelectualizados. Num segundo plano, ele definiu-se como um movimento de trabalhadores que atingiu os setores profissionais nos quais os estrangeiros se faziam muito presentes, com realce para o comércio e para o setor oficial. Foi neste nível específico que ele fundiu-se ao movimento operário, tornando-se o anarco-sindicalismo. Num terceiro plano, o anarquismo irradiou para o conjunto dos excluídos, os que estavam à margem do mercado formal de trabalho. A partir daí, foi quando se transformou nos movimentos de contestação de rua de generalização pluriclassista (MENEZES, 1996: 99-100). Acreditamos que a maioria dos espanhóis fizeram parte do

segundo e terceiro momento do anarquismo, através de associações como o Centro Cosmopolita (setor da hotelaria) ou a União dos Empregados de Padaria. O pequeno comércio, a classe média e as classes operárias começaram a se fortalecer numericamente e tomar consciência da situação de pobreza em que estavam envolvidas. O alto custo de vida, a falta de moradia, a violência policial e o desalojamento resultante da destruição de parte das casas da zona central do Rio de Janeiro desencadearam uma série de revoltas populares que uniu a diversos segmentos que antes não haviam sido afetados economicamente e moralmente pelas novas reformas republicanas.

No caso dos imigrantes espanhóis, temos que analisar com muita cautela. A comunidade do Rio de Janeiro ocupava o setor terciário e o da hotelaria e seus trabalhadores se dividiam basicamente entre dependentes de comércio e garçons. Se considerarmos os espanhóis como um contingente migratório flutuante, ou seja, que viam o Brasil como um meio de vida temporário até conseguirem juntar recursos econômicos suficientes para retornar à sua terra de origem, é compreensível que muitos imigrantes não quisessem se envolver com questões políticas. Muitos autores relacionados com o movimento operário no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, identificavam o objetivo do retorno com a debilidade do movimento operário. Um sindicalismo forte requer uma força de trabalho relativamente estável, que veja sua participação como um meio necessário de melhorar sua posição econômica:

“O imigrante médio teve pouco contato com o trabalho organizado em sua terra natal. De certa forma, o próprio ato de migrar revelava uma rejeição ao envolvimento com as lutas operárias que poderiam melhorar sua existência. O imigrante sonhava que o trabalho em terra estranha o levantaria acima da classe trabalhadora. Enquanto ele via o Brasil como lar temporário, relutava em participar dum movimento que poderia causar-lhe a perda do emprego, a sua prisão, e o que seria pior, a deportação para seu país de origem, onde retornaria para a miséria que sempre desejara abandonar, correndo o risco de ser preso como agitador perigoso” (MARAM, 1979:49).

A forma de organização de trabalho dos espanhóis estava baseada em laços de parentesco. Os primeiros trabalhos giravam em torno das indicações recomendadas por patrícios e à medida que o imigrante melhorava suas economias, passava-se a outro

estágio, que era o de comprar um pequeno negócio, que, por sua vez, também podia ser em sociedade com outros espanhóis. Era uma situação diferente a do operário, que não tinha as mesmas possibilidades de ascensão que proporcionava o comércio. Uma vez se tornavam proprietários, esses espanhóis repetiam as mesmas experiências que os primeiros patrícios, empregando ou indicando novos contrerrôneos que chegavam. Essa relação de compromisso e afetividade fechava um círculo que era difícil de romper. Envolver-se com os movimentos operários significava apoiar aos trabalhadores de todas as nacionalidades, cortar relações com patrões que podiam ser seus próprios parentes ou vizinhos e caminhar do lado contrário à essa ordem estabelecida pela comunidade galega. Era uma mobilidade sócio-profissional, que passava de empregado a patrão, e uma vez que se tornavam donos do seu próprio negócio também a posição política e ideológica mudava de postura.

Era certo que uma parte da comunidade galega não queria envolver-se com questões políticas, mas não podemos ignorar as referências bibliográficas, as fontes orais e os processos de expulsão que mencionam a participação de espanhóis nas greves e distúrbios que fizeram parte do cenário carioca. Havia desde líderes sindicais, ativistas anarquistas, como simplesmente assalariados que se uniam às associações da sua classe para melhorar suas condições de vida. O próprio Centro Espanhóis cedeu suas instalações para celebrar o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, no ano de 1906, e foi fechado no ano de 1940 por dissidências políticas entre seus membros, a maioria de ideologias de esquerda.

Nas associações relacionadas ao setor de serviços (trabalhadores portuários, ferroviários, construção civil), por exemplo, apesar dos seus membros estarem compostos mais pela população nativa e por imigrantes portugueses, na lista de fundadores aparece mais de um espanhol encabeçando a lista. Na União dos Operários Estivadores, fundada em 1903, 40% dos seus associados eram estrangeiros oriundos de Portugal, Cabo Verde, Itália, Espanha, França e Inglaterra. O resto era formado por brasileiros (entre os quais muitos negros). Entre 1903 e 1905, estavam inscritos nesse sindicato, 503 brasileiros, 213 portugueses, 42 espanhóis, 17 ingleses e italianos e 18 sócios de outras nacionalidades (CRUZ, 2000: 240-243). Nos livros de registro do sindicato dessa instituição, na lista de fundadores, aparecem vários portugueses e espanhóis, como José Sarmiento de Castilho, e uma foto de outro espanhol,

possivelmente espanhóis, chamado José Conde, que junto com seu irmão, Santiago Conde, ajudaram a fundar a União dos Operários Estivadores. A família Conde, desde a época da fundação, teve sempre um membro associado ao sindicato (ALMEIDA, 2003: 32)

Na greve geral de 1917, também estiveram envolvidos diversos espanhóis que representavam o setor mais importante do operariado carioca: o das fábricas de tecido. Mais concretamente, no bairro da Gávea, onde se localizava uma das fábricas, foram presos 78 anarquistas, entre eles vários espanhóis, suspeitos de empregarem bombas e armas. Segundo conta Forster Dulles, sobre um episódio relacionado com o anarquismo no Rio de Janeiro:

“A 22 de novembro (...) os jornais estamparam manchetes sensacionalistas em que se relatava a ação enérgica da polícia, ao desbaratar um atentado inominável dos anarquistas que planejavam dinamitar as represas de Ribeirão das Lajes, para privar a cidade de luz, força e serviços de bondes(...) As notícias dessa quase calamidade se fizeram acompanhar da revelação de que nada menos do que 78 anarquistas tinham sido presos de 18 a 21 de novembro. Estavam entre eles diversos espanhóis suspeitos e empregados em fábrica na Gávea, grevistas que tentaram reunir-se num matagal de Bangu, elementos encontrados num galpão com documentos subversivos e indivíduos apreendidos portando bombas ou armas. Dizia-se que os anarquistas estrangeiros seriam deportados e que os nacionais seriam enviados para a ilha Fernando de Noronha, ao longo da costa nordestina”. (DULLES, 1977: 79-50)

Seguramente, esses espanhóis que eram líderes de sindicatos contribuíram principalmente com os seus conhecimentos, a sua experiência e com o seu grau de instrução, superior à da maioria da população brasileira. A sua condição profissional contrastava com a sua participação nos sindicatos. No dia-a-dia eram empregados de hotéis, de pequenos comércios ou operários. Esse foi o caso de Antonio Fernández, natural de Porriño (província de Pontevedra), sapateiro, que chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1912, com a idade de 21 anos. Era empregado de uma casa de calçados na Rua Senhor dos Passos, no Centro da cidade. Fora do seu ambiente de trabalho era associado da Aliança dos Operários em Calçado e Classes Anexas, conhecido por ser um hábil orador, além de ser delegado dos sapateiros junto à federação das diversas classes, tendo sido designado em mandato conferido por diversas assembléias.

No termo de declarações do seu processo de expulsão, Antonio Fernández não nega a sua condição de comunista, mas alega que:

“... junto com a federação pugna somente pelos seus interesses econômicos e sociais, de acordo com o programa econômico da classe, sem intervenção de qualquer orientação política e credo religioso ou filosófico (...) que o depoente é individualmente contrário à propriedade privada por nela encontrar um princípio de desigualdade econômico-social, defendendo as doutrinas comunistas, por achar que elas equipararão a igualdade de direito entre os indivíduos”

O que ele queria demonstrar era que acreditava nas idéias comunistas, mas sempre através das palavras, não utilizando da violência. Escrevia em alguns jornais como *Spartacus* e *A Razão* e dava palestras a trabalhadores com o fim de propagar suas idéias.

O Estado temia uma sublevação dos excluídos e os imigrantes temiam o terror do Estado. Os estrangeiros envolvidos em questões políticas pouco podiam fazer- ou nada- contra a expulsão. Pertencer a determinados sindicatos era um “convite” para regressar a seu país. Nesse clima de tensão, muitos galegos foram expulsos injustamente, fazendo parte do contingente migratório dos indesejáveis.

REFERÊNCIAS

1. *A Notícia*, 15 de Janeiro de 1909, p.2.
2. Arquivo Nacional. Processo de expulsão, pac. IJJ7 175.
3. Idem.

BIBLIOGRAFIA

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986, p.85.

ALMEIDA, Luiz Gustavo Nascimento de. *Estivadores do Rio de Janeiro. Um século de presença na história do movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p.32.

CRUZ, Maria Cecília Velasco . “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Cefá, RJ, 1905-1930”, *Afro-Ásia*, Salvador/CEAO, UFBA, 2000, pp.243-290.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p.69-70

FAUSTO, Boris. *Brasil, de colônia a democracia*. Madrid, Alianza América, 1995. p.169.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003, p.275.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p.99-100.